

1 **ATA DA CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE**
2 **ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO.** Aos dezenove
3 dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas e trinta minutos,
4 reuniu-se de forma presencial a Comissão de Orçamento e Patrimônio sob a presidência do
5 Professor Doutor FERNANDO SARTI, com a presença do senhor Thiago Baldini da Silva,
6 Diretor de Planejamento Econômico da Assessoria de Economia e Planejamento, e dos
7 seguintes membros: Dirceu Noriler, Hernandes Faustino de Carvalho, Kethlyn Kethriny da
8 Costa Brito, Matheus da Silva Marcheti Martins, Ricardo Miranda Martins, Rodolfo Jardim de
9 Azevedo e Verónica Andrea González-López. Justificaram ausência à Sessão os seguintes
10 membros: Célio Hiratuka; e José Luis Pio Romera, sendo substituído pelo senhor Matheus da
11 Silva Marcheti Martins. Como convidada, compareceu a senhora Lina Amaral Nakata.
12 Havendo número legal, o SENHOR PRESIDENTE dá início à 170ª Sessão, submetendo à
13 apreciação a Ata da Sessão 169ª, realizada em 29 de agosto de 2024. Consulta se há alguma
14 observação. Não havendo, submete à votação a referida Ata, que é aprovada com 01 abstenção.
15 Passa à Ordem do Dia, com dois itens, consultando se há destaques por parte dos membros. Em
16 relação ao item 02, observa que hoje pela manhã foi realizada a CVND, que também já aprovou
17 a certificação da FEQ, que está já incluída aqui. A Professora VERÓNICA ANDREA
18 GONZÁLEZ-LÓPEZ solicita destaque do item 02 para um esclarecimento muito breve. O
19 Professor RICARDO MIRANDA MARTINS destaca o item 01. O SENHOR PRESIDENTE
20 passa ao item 01 – Nº 01-P-6234/1989 –, que trata do reajuste nos valores das taxas sobre
21 serviços administrativos extraordinários prestados pela Universidade, com base no índice de
22 inflação IPC-Fipe acumulado em 12 meses (setembro de 2023 a agosto de 2024 = 3,56%), a
23 vigorar a partir de outubro de 2024. Destaque do professor Ricardo. O Professor RICARDO
24 MIRANDA MARTINS diz que já fez esse mesmo comentário na COP do ano passado quando
25 foram discutidos esses reajustes. É um comentário sobre os valores de algumas taxas e, em
26 particular, o valor que cobram pela segunda via de identidade estudantil e funcional, que é hoje
27 R\$64 e estão reajustando para R\$67. Acha o valor absurdamente alto, porque é tecnologia de
28 cartão de banco; o Banco do Brasil, hoje, cobra R\$10 por uma segunda via de cartão. Pergunta
29 se existe algum tipo de desconto para estudantes bolsistas; acha que não há, mas talvez caiba
30 algum tipo de deliberação nesse sentido para o caso do estudante que estiver em alguma
31 condição socioeconômica afetada pelas políticas da Universidade. O SENHOR PRESIDENTE
32 diz que a COP é um órgão assessor e pode propor que a segunda via, para os alunos atingidos
33 por algum programa social da Universidade, não seja cobrada. O impacto é muito pequeno do
34 ponto de vista orçamentário, há consenso entre os membros, portanto submeterá à votação a
35 matéria com essa sugestão. O Professor RICARDO MIRANDA MARTINS diz que taxas de
36 revalidação de diploma, tanto no caso de graduação, como na pós-graduação, possuem um
37 procedimento bem trabalhoso, portanto entende a taxa ser alta. No entanto, a DAC tem um
38 papel operacional, mas grande parte desse trabalho é realizado pelas unidades, em geral pelas
39 comissões de graduação ou comissões de pesquisa. Pergunta se não teria como, para os
40 próximos anos, ratear esse valor entre orçamentário e unidade, porque esse recurso entra

1 extraorçamentário, a pessoa faz um pagamento. Então, se possível, que a unidade pudesse
2 receber parte desse recurso. O SENHOR PRESIDENTE pergunta ao senhor Thiago se ele tem
3 ideia de quanto é esse valor anual. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que lembra
4 de dados antigos, por volta de R\$500 mil, não sabe se esses dados estão atualizados, mas a
5 Aeplan pode fazer um levantamento desses valores, quanto está indo, quais as necessidades e
6 até ver uma forma de ratear. E também talvez olhar as outras taxas. O que normalmente fazem
7 aqui, até por conta de deliberação, é passar os reajustes. Talvez fazer um estudo melhor desses
8 valores, o que faz sentido, até pensando um pouco na fala do professor Ricardo, de os valores
9 serem altos, do que significa cada trabalho. Trazer isso para a COP e aí sim pensar em como
10 fazer essa distribuição, se é possível ou não. Não havendo mais observações, o SENHOR
11 PRESIDENTE submete à votação o reajuste das taxas, contemplando a sugestão de não
12 cobrança da segunda via da identidade estudantil para alunos bolsistas, que é aprovado com 06
13 votos favoráveis e 01 abstenção. Passa ao item 2 – Nº 01-18408/2017 –, que trata da proposta
14 de alteração do Anexo II da Deliberação Consu-A-16/19, que dispõe sobre a Tabela de
15 Gratificações de Representação, considerando as seguintes revisões de certificação já
16 aprovadas: CEL, CG, Editora, PREF-LIM e SVC, aprovadas na 400ª Sessão da CAD de
17 11.06.24; DeDH, GGBS e PRPG, aprovadas na 401ª Sessão da CAD de 02.07.24; Cotil, Cotuca,
18 DEdiC, FCA, FCM, FE, FEA, Feagri, FECFAU, Feec, FEF, FEM, FEnf, FOP, FT, IB, IC, IE,
19 IEL, IFCH, IFGW, IG, Imecc e IQ, aprovadas na 403ª Sessão da CAD de 10.09.24;
20 considerando a revisão de certificação da FEQ que consta desta pauta; e o quadro de
21 designações da Universidade. O item foi destacado pela professora Verónica. A Professora
22 VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ pergunta se existe uma tabela geral que mostre
23 o montante, o acréscimo global desse processo. E se das certificações aprovadas há um
24 panorama geral de em quais grupos há um aumento maior de gratificações, para entenderem
25 onde estão crescendo. O SENHOR PRESIDENTE responde que há um número total de GRs
26 de 1.803 hoje, com um custo mensal de R\$4,534 milhões. Em janeiro de 2019, esse valor estava
27 em R\$5,377 milhões, para um número total de gratificações de 1.968. Portanto, ainda estão
28 15% abaixo do valor de janeiro de 2019 e 8% abaixo do número de gratificações. É bem verdade
29 que não terminaram o processo de certificação, ainda vão fazer as certificações da área da Saúde
30 e dos centros e núcleos, mas podem providenciar esse detalhamento por níveis. A Professora
31 VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ diz que isso está bem detalhado, mas sugere que
32 façam também um quadro geral do antes e do depois, para que tenham um dimensionamento
33 melhor de onde está crescendo, o que está aumentando. O SENHOR PRESIDENTE responde
34 que vão trazer esses números detalhados, como a professora Verónica está sugerindo, mas
35 observa que eles foram muito assimétricos, evidentemente. Há desde órgãos que foram criados,
36 como é o caso da Diretoria Executiva de Permanência Estudantil - Deape, que ainda que tenha
37 sido um *spin-off* da PRG, tinha funções que iam além da PRG, porque envolve, por exemplo,
38 alunos também de pós-graduação. Dessa forma, houve a montagem de um novo órgão, uma
39 nova estrutura, um fluxograma diferente, com organograma também diferente, e com isso há
40 atribuição de um número maior de GRs. Por outro lado, há as unidades de ensino, que

1 certamente foram as que menos aumentaram, porque elas são inclusive mais padronizadas, não
2 houve razão para nenhum crescimento. Eventualmente houve casos de cursos noturnos, ou
3 alguma outra criação de laboratórios, em que ocorreu uma demanda, mas ficou em torno de 5%
4 de crescimento. Por sua vez, alguns órgãos centrais chegaram a ter 50% de aumento, e órgãos
5 que rodaram por volta de 20%. Mas, pelo que entendeu, a professora Verónica solicita uma
6 comparação de cada grupo das gratificações em relação a número e valores envolvidos. Isso é
7 fácil, trazem para a reunião da CAD e depois para o Consu. Um dos órgãos que demandaram e
8 com toda justificativa foi a DGA, porque ela estava assumindo novas funções ao centralizar as
9 compras, muitas dessas atividades que antes eram realizadas em outros órgãos, inclusive nas
10 unidades, passaram para lá. A Deas é um outro exemplo: novas funções e atividades que ela
11 passou a exercer também significaram uma mudança na certificação e na atribuição dessas
12 gratificações. O Professor RICARDO MIRANDA MARTINS elogia a metodologia do
13 processo de certificação, percebem que a equipe da PRDU fez um trabalho muito bem feito no
14 sentido de tentar uniformizar o trabalho, mas contemplando as especificidades das unidades. O
15 SENHOR PRESIDENTE diz que no caso das unidades de ensino, obviamente há uma tendência
16 a uma certa homogeneização, mas os órgãos são muito diferentes. O Professor DIRCEU
17 NORILER reforça a fala do professor Ricardo, porque a experiência da FEQ também foi muito
18 boa, de solicitação, discussão, negociação e no final as principais demandas ou as mais urgentes
19 acabaram sendo atendidas, então enxerga o processo como bastante positivo. Não havendo mais
20 observações, o SENHOR PRESIDENTE submete à votação a matéria, que é aprovada com 06
21 votos favoráveis e 01 abstenção. Acrescenta uma informação trazida pela Secretaria Geral de
22 que hoje há a possibilidade da isenção da taxa de segunda vida a alunos bolsistas, mas é o aluno
23 quem tem que solicitar. A sugestão que a COP fez foi de que, identificando que ele é bolsista,
24 podem conceder a isenção de uma forma mais automática. Nada mais havendo a tratar na
25 Ordem do Dia, passa ao Expediente, informando que o senhor Thiago fará uma apresentação
26 para atualizar a previsão de arrecadação do ICMS para o Estado de São Paulo, após
27 manifestação da Secretaria da Fazenda. Começaram a previsão com um valor de R\$154,283
28 bilhões, que representava algo em torno de 7% sobre 2023, que tinha sido R\$144 bilhões. A
29 partir daí, com as entradas mensais, que vão acompanhando, observaram que a arrecadação
30 estava superando essa previsão de R\$154 bilhões, mas sempre foi praxe dentro das revisões
31 orçamentárias seguir a orientação da Secretaria de Fazenda. Mudaram primeiro de R\$154
32 bilhões para R\$157 bilhões, valor trazido para a segunda revisão, e agora a Secretaria atualizou
33 para R\$164,5 bilhões, o que está muito mais em consonância com o que já vinham observando
34 em termos de crescimento de janeiro até agosto. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA
35 apresenta a atualização dos dados de arrecadação, que apresenta crescimento, e com isso
36 redução do déficit da Universidade, sendo o número que está mais próximo da realidade de hoje
37 é que o déficit da Universidade vai para R\$188 milhões, e considerando as despesas aprovadas
38 em anos anteriores, para R\$457 milhões. O déficit é reduzido e as nossas despesas frente às
39 receitas do Tesouro do Estado ficam em 110% e não mais em 115%. A Professora VERÓNICA
40 ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ diz que estão com uma mudança de práticas que são muito

1 salutare, quanto, por exemplo, aos direitos dos alunos autistas, alunos com necessidades
2 específicas para dar andamento ao aprendizado. Nos cursos de Exatas, as turmas são grandes,
3 então fica muito difícil prestar um atendimento adequado a um estudante que, por exemplo,
4 vem com uma solicitação de aplicação de uma prova em horário estendido, porque muitas vezes
5 a sala de aula não permite fazer isso, já que logo depois vem uma outra aula, então não tem
6 como ficar na sala nem antecipar a prova para esse estudante. Até agora, o que estão fazendo é
7 pedir ajuda, mas se cria um estresse no momento da aplicação da prova. É um momento
8 delicado para o estudante e para o professor, então para que possam levar adiante essas
9 alterações, que são necessárias, precisam de projetos especiais, programas de apoio que
10 permitam aos docentes ter assistentes. Precisam de estrutura física para aplicação dessas provas,
11 que esteja determinada logo no início do semestre e de um técnico-administrativo ou um PED
12 específico para isso. Já houve avanços, pegou turmas com estudantes com autismo em que há
13 um PAD auxiliando, mas da forma como está existe um estresse não adequado para o processo
14 de ensino. O SENHOR PRESIDENTE diz que essa é uma questão essencial, pois a partir do
15 momento em que a Universidade começa a adotar as políticas afirmativas, ela precisa ter a
16 infraestrutura tanto de recursos humanos quanto física. Está havendo investimento em
17 acessibilidade, são mais de 40 projetos em andamento, já foram mais de R\$25 milhões
18 investidos, mas que são insuficientes e sempre demoram mais do que gostariam. Precisam
19 seguir avançando nessas condições de infraestrutura, tanto humana quanto física. O Professor
20 RICARDO MIRANDA MARTINS concorda com a fala da professora Verónica e diz que essa
21 questão será pautada no próximo Consu, no item sobre cotas PCD para graduação. A
22 congregação do Imecc aprovou a disponibilização de vagas e o Instituto vai mandar para a PRG
23 uma série de sugestões, porque ele já atende estudantes PCD e o atendimento é um pouco
24 precário. Demandam investimento tanto acadêmico, desde pessoal de apoio quanto de obras de
25 infraestrutura, e é bom ver que possuem um panorama positivo do orçamento da Universidade
26 para isso. Também diante desse cenário positivo, os diretores estão se mobilizando para solicitar
27 ao Conselho Universitário de novembro a renovação da reposição automática de docentes nível
28 MS-3 e talvez incluir nessa reposição automática a questão dos cargos de titular. O Professor
29 HERNANDES FAUSTINO DE CARVALHO diz que há situações em que a segurança e a
30 acessibilidade não são garantidas nem para os que não são PCDs. No caso do Instituto de
31 Biologia, o prédio central foi construído há 50 anos, então não há muito o que esperar de um
32 prédio com essa idade em termos de acessibilidade e de segurança. O que foi construído depois
33 da implantação desse prédio foram estruturas que protegem o patrimônio, grades, cadeados,
34 portas mais reforçadas, mas a proteção do ser humano que está frequentando essas salas de aula
35 e esses laboratórios é muito precária. Tem tratado disso desde que assumiu a diretoria do
36 Instituto de Biologia há dois anos e mais recentemente essa questão de cotas para PCDs se torna
37 mais proeminente ainda, mas pelo menos se torna institucionalizada uma demanda que
38 possuem. Acha que precisam fazer uma revisão do que está sendo feito de investimento, entende
39 que são 40 projetos, R\$25 milhões, mas a Reitoria e a PRDU precisam trabalhar no sentido de
40 mobilizar recursos da reserva orçamentária para colocar no PPI. O SENHOR PRESIDENTE

1 diz que o ideal para a Instituição seria que houvesse pelo menos um investimento em torno de
2 5% do orçamento, que é mais ou menos o que todas as instituições fazem. Uma universidade
3 que tem essa complexidade, desde salas de aula, laboratórios, área de Saúde, exigiria um
4 investimento não só em manutenção, mas também em modernização e ampliação. No entanto,
5 buscam no momento colocar climatização na área da Saúde, algo grave demais, um problema
6 que não deveria nem sequer existir, mas está sendo contornado. Em valores atuais, seriam
7 R\$150 milhões anuais a serem investidos, e nem de longe a Universidade investiu isso nos
8 últimos 30 anos. Quando muito, investia R\$5 milhões a R\$10 milhões por ano, de investimento
9 total, e não só investimento físico. Hoje as demandas são muito superiores às condições de
10 recursos, e vão propor que os recursos do PPI sejam ampliados a partir da reserva, para atender
11 parte dessa demanda por investimentos. Nada mais havendo a tratar, eu, Aline Marques da
12 Costa, redigi a presente Ata que será submetida à apreciação dos Senhores Membros da
13 Comissão de Orçamento e Patrimônio do Conselho Universitário. Campinas, 19 de setembro
14 de 2024.

*NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na 171ª SESSÃO ORDINÁRIA
DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO, realizada em 31
de outubro de 2024, sem alterações.*